

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP**

**1. PROAD nº 7512/2024**

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:** A contratação visa assegurar o deslocamento dos servidores e magistrados deste Regional na execução das atividades inerentes às suas atribuições institucionais.

**3. ÁREA REQUISITANTE:** Diretoria-Geral (DG) / Seção de Diárias e Passagens (SDP)

**4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:** Considerando que o referido serviço não se exaure em período predeterminado, necessitando de constante utilização, entendemos que a referida contratação refere-se a serviço de apoio continuado para que a administração possa cumprir sua missão institucional, diante da habitualidade explícita verificada nas viagens decorrentes das atividades jurisdicionais e administrativas, cuja interrupção poderá acarretar prejuízo sem sua continuidade, com consequente comprometimento à prestação do serviço público.

Trata-se de fornecimento de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

Dentre as opções disponíveis no mercado para a consecução do objeto desta contratação, enumeram-se: a) Compra direta de passagens, à medida das necessidades, por credenciamento; b) Contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento (reserva, emissão e entrega de bilhetes);

Nesse contexto, analisando o mercado, verificamos que a opção descrita na alínea “a”, atinente à compra direta de passagens por credenciamento não atende a necessidades específicas deste Tribunal, a saber: Centralização da Pesquisa de Preços de todas as empresas aéreas em Sistema “on line” informatizado, elaboração de Relatórios Estatísticos (inclusive Relatórios/Planilhas quanto à emissão de Gases do Efeito Estufa - GEE),

Fornecimento de Planilhas de Acompanhamento Mensal e Total das Aquisições das Passagens, Expertise para Intermediação na solução de questões referentes aos Cancelamentos e às Alterações de Voos, entre outras. Adicionalmente, tal solução contorna a dificuldade atinente à disponibilização de maior quantitativo de pessoal para tratar exclusivamente desta contratação, vez que este Tribunal possui grande Déficit de Força de Trabalho (ou Pessoal).

De outra parte, a opção descrita na alínea “b”, atinente à contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento (reserva, emissão e entrega de bilhetes), oferece vantagens significativas e diversos benefícios, tais como: Otimização de tempo e recursos (A centralização das pesquisas e a expertise da empresa garantem a obtenção das melhores tarifas e condições, além de liberar os servidores para outras atividade); Eficiência (A empresa de agenciamento oferece um serviço completo, incluindo a emissão de bilhetes, a resolução de problemas e o acompanhamento das viagens, o que garante maior eficiência e satisfação dos usuários); Economia (A negociação de tarifas especiais e a possibilidade de aquisição de passagens em grupos podem gerar economia significativa, especialmente em casos de viagens de última hora), Sustentabilidade (A empresa de agenciamento pode oferecer opções de passagens mais sustentáveis, contribuindo para a redução do impacto ambiental).

Desta forma, entendemos que seja a opção mais vantajosa, nos aspectos técnicos e econômicos e contratação de empresa de prestação de serviços de agenciamento. Tal escolha está em conformidade com os princípios da Lei 14.133/2021, garantindo a economicidade, a eficiência e resguardando a competitividade do processo.

Com efeito, contratando mediante a opção da alínea “b”, o Tribunal ficará isento de maiores custos, em especial quando da aquisição de passagens para um evento específico que, na maioria das vezes, surge com espaço de tempo diminuto para sua realização, fazendo com que a Administração tenha que se sujeitar aos valores cobrados pelas Companhias Aéreas (opção da alínea “a”), normalmente exorbitantes.

Importante ressaltar, também, que a contratação do serviço de agenciamento de viagens proporcionará ao Tribunal mais segurança e trará mais conforto às condições laborais da pessoa que se desloque a interesse da Administração, bem como não suscitará necessidades de adequações no ambiente da Instituição, pois esse tipo de serviço é o comumente prestado no âmbito do TRT7, de sorte a existir uma estrutura preestabelecida para a normal prestação serviço, seja no que diz respeito à estrutura física quanto à capacitação de servidores para atuarem em sua contratação e fiscalização.

Em resumo, a contratação de uma empresa de agenciamento de viagens é a opção mais estratégica para o Tribunal, pois atende às necessidades específicas da instituição, otimiza recursos, garante eficiência e contribui para a sustentabilidade.

- 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens, para realização do serviço de reserva, emissão e entrega de bilhetes aéreos. Considera-se vantajosa a vigência plurianual por se tratar de serviço cujos preços não sofrem flutuações significativas com o passar do tempo. A baixa volatilidade dos preços, nesse caso, não gera incertezas e riscos para a execução desse contrato durante sua vigência.

Ademais, a contratação plurianual pode ainda trazer o ganho da economia de escala e eficiência no gerenciamento do contrato.

**7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:**

| Objeto  | Quantidade Estimada de Bilhetes | Valor da Médio da Taxa de Embarque (R\$) | Taxa por Transação Média (R\$) | Valor Estimado de Despesa Com a Taxa (R\$) Embarque (ida e volta) | Estimativa de Despesas (Bilhetes + Taxas) (R\$) |
|---|---------------------------------|--|--------------------------------|---|---|
| Fornecimento de Passagens aéreas nacionais e internacionais | 700                             | 38,00                                    | 0,01                           | 53.200,00   | <b>739.907,94</b>                               |

\* Conforme Memória de Cálculo constante dos autos

O quantitativo foi previsto levando em conta as demandas em função dos diversos compromissos futuros a serem cumpridos pelo TRT7, sendo que o valor total é meramente estimativo, podendo sofrer alterações, tanto de acréscimos quanto de supressões.

Os valores e quantidades são apenas os parâmetros orientadores para a formulação da proposta, não se constituindo, sob nenhuma hipótese, em garantia de faturamento.

Também foram consideradas as contratações anteriores, durante os anos de 2023 e 2024, a frequência observada com compra de passagens destinadas a serviço, além das destinadas à Capacitação de Servidores, Magistrados, bem assim para deslocamento de Colaboradores e Colaboradoras Eventuais, além da projeção para viagens no próximo exercício.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:** Conforme Anexo I do TR.

O Orçamento detalhado foi elaborado, conforme Pesquisa de Preços Públicos, traduzida nas Planilhas constantes em ANEXO - ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS ESTIMADOS, a qual integra o Termo de Referência (TR).

**9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:** Não se aplica por se tratar de objeto único.

**10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:** Não se aplica.

**11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:** Esta contratação atende ao disposto no Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Regional, aprovado pelo ATO TRT7.GP nº 64/2021, observando, especialmente, o previsto no Objetivo Estratégico - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica (Aprimorar as estruturas de governança e gestão estratégica, de modo a

desenvolver processos inovadores, com suporte de sistemas digitais integrados de gestão de pessoal, de aquisições, de finanças, bem como os relacionados às atividades de compliance e gestão de riscos organizacional, que permitam a tramitação de processos e documentos e a prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparência e eficiência – Alinhamento aos Macrodesafios do Poder Judiciário: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária) e visa disponibilizar equipamentos com uma melhor eficiência energética para uso das Unidades Administrativas e Judiciárias, possibilitando, assim, o alcance de nossa missão institucional (Realizar a justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania) e de nossa visão de futuro (Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país), estando prevista no PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

**12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:** Com a contratação da empresa para suprir as eventuais demandas de deslocamento, este Tribunal certamente ficará isento de maiores custos se realizado por evento específico que, na maioria das vezes, surgem com espaço de tempo diminuto para sua realização, fazendo com que a administração tenha que se sujeitar a uma proposta de preços com valores elevados se considerarmos o tempo da execução dos serviços.

**12.1. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:** Não serão necessárias providências extras.

**13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A SEREM OBSERVADOS:**

**13.1. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E FORMAS DE MITIGAÇÃO:** A contratação de serviços de agenciamento de viagens, embora pareça um processo burocrático, possui um impacto ambiental significativo, principalmente devido à aviação civil. Entre os possíveis impactos ambientais associados a essa atividade, destacamos: a) Emissão de Gases do Efeito Estufa - GEE (A aviação civil é responsável por uma parcela considerável das emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases de efeito estufa, contribuindo diretamente para o aquecimento global e as mudanças climáticas), b) Consumo de Combustíveis Fósseis (A aviação depende quase exclusivamente de combustíveis fósseis, como o querosene de aviação, cuja produção e queima contribuem para a intensificação do efeito estufa e a poluição do ar); c) Poluição Sonora (O ruído gerado pelos motores das aeronaves pode causar diversos problemas de saúde, como perda de audição, estresse e distúrbios do sono, além de afetar a fauna local) e d) Poluição do Ar (A emissão de partículas finas e outros poluentes atmosféricos pelos motores das aeronaves contribui para a deterioração da qualidade do ar e para o aumento de problemas respiratórios). Esses são alguns dos principais impactos associados a essa atividade.

Como forma de mitigar os impactos ambientais acima mencionados, relacionamos as seguintes medidas: a) Escolha de Companhias Aéreas com Práticas Sustentáveis (Priorizar empresas que investem em tecnologias mais limpas, como aeronaves mais eficientes e combustíveis alternativos, e que possuem programas de compensação de carbono); b) Otimização de Rotas (Optar por rotas diretas e evitar escalas desnecessárias, reduzindo o tempo de voo e o consumo de combustível), c) Compensação de Emissões (Adotar mecanismos

de compensação de carbono, investindo em projetos que reduzam as emissões de gases de efeito estufa em outras áreas), d) Promoção do Transporte Público (Incentivar o uso de meios de transporte mais sustentáveis, como o transporte público, para viagens curtas ou médias distâncias, reduzindo a demanda por voos); e) Utilização de Ferramentas de Cálculo de Emissão: Utilizar ferramentas online para calcular a emissão de carbono associada a cada voo e tomar decisões mais conscientes); f) Incentivo ao Teletrabalho e Videoconferências (Reduzir a necessidade de viagens a trabalho através da utilização de ferramentas de comunicação remota), g) Aquisição de Créditos de Carbono (Adquirir créditos de carbono de projetos certificados, como reflorestamento ou energia renovável, para compensar as emissões inevitáveis); h) Conscientização dos Servidores: Promover campanhas de conscientização sobre a importância da sustentabilidade e os impactos ambientais da aviação e outros meios de transporte).

Durante a 1ª Conferência Internacional para a Sustentabilidade no Sistema de Justiça, realizada nos dias 23 e 24 de outubro de 2024, em Brasília (DF), o Presidente da Comissão Permanente de Gestão Ambiental e do Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável do TRT7, Desembargador Plauto Carneiro Porto, assinou o Pacto Nacional para Sustentabilidade do Poder Judiciário, que visa promover a sustentabilidade e a inclusão nas atividades judiciais. Tal Pacto integra os Eixos ESG (Environmental, Social and Governance) ou ASG (Ambiental, Social e Governança) e inclui metas como a implementação do Programa Justiça Carbono Zero, a promoção da educação ambiental, a priorização de julgamentos de ações climáticas e ambientais, realização de Inventários de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) por meio de metodologia reconhecida/certificada. Também inclui medidas de redução das emissões, como instalação de Usinas Fotovoltaicas, substituição de lâmpadas tradicionais por LED, promoção da sustentabilidade nas contratações e adoção de Programas de Gestão de resíduos, compensação de emissões com projetos de florestamento, reflorestamento e revegetação, além de outras medidas, como a maior representatividade na composição dos Tribunais, reservas de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade, criação de um Portal de Dados Abertos, linguagem acessível nos resumos de julgamentos e ampliação da acessibilidade em Conselhos e Tribunais. Como nosso Tribunal aderiu a tal Pacto, teremos 12 (doze) meses para implementar, reforçar ou expandir ao menos 02 (dois) Projetos ou Ações em cada um dos 03 (três) Eixos ESG, na busca por um Judiciário mais sustentável e inclusivo.

Nesse sentido, inscreveu representante do TRT7 no treinamento realizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), onde, como atividade proposta, foi elaborado o Inventário de Gases de Efeito Estufa - GEE referente ao ano de 2024, utilizando a metodologia credenciada do Programa Brasileiro GHG Protocol (PROAD nº. 6056/2024) e o Relatório do supracitado Inventário. Tal atividade será apresentada à Presidência para deliberação quanto à sua publicação no sítio eletrônico deste Tribunal e, posteriormente, será elaborado o Plano de Descarbonização até Fevereiro de 2025, de modo a cumprir o disposto no art. 24, da Resolução CNJ nº. 400/2021 (Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário - Indicadores do Plano de Logística Sustentável), alterada pela Resolução CNJ nº. 594/2024 (Programa Justiça Carbono Zero), que a seguir transcrito:

Art. 24. Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar medidas para a elaboração de inventário, redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento com a finalidade de alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030 (Agenda 2030 – ONU).

Parágrafo único. As medidas são reguladas pelo Programa Justiça Carbono Zero, nos termos da resolução específica que institui o programa.”(grifo nosso).

A Sustentabilidade é um dos Valores deste Tribunal, conforme definido no nosso Plano Estratégico Institucional - Ciclo 2021-2026, que foi aprovado pelo Ato TRT7.GP.nº 64/2021 referendado pela Resolução Normativa TRT7.GP nº 21/2024, portanto será dado prioridade para mitigação dos impactos decorrentes da presente contratação.

**13.2. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** A contratada deverá atender às diretrizes e critérios de sustentabilidade, previstos na Resolução CSJT nº. 310/2021, mais especificamente as cotas raciais, de gênero e de pessoas com deficiência:

- Gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino;
- Raça: manter um percentual mínimo de pessoas negras, visando atender ao disposto nos arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); e
- Deficientes: cumprimento ao quantitativo mínimo previsto, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

**14.DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:** Por todo o exposto neste ETP, pelo conhecimento do mercado, pelas pesquisas realizadas, públicas e privadas, declaramos que a contratação é viável.

Fortaleza-CE, 26 de novembro de 2024.

Ana Cristina Magalhães Nunes  
Coordenadora da Seção de Diárias e Passagens